



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15088 - Resumo Expandido - Trabalho - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

**TECNOLOGIAS INFORMACIONAIS E GESTÃO NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA: ACHADOS DE UMA PESQUISA**

Marcelo Soares Pereira da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

**TECNOLOGIAS INFORMACIONAIS E GESTÃO NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA: ACHADOS DE UMA PESQUISA**

A gestão e administração da educação se constitui em um campo de estudos e investigação que requer, cada vez mais, o desenvolvimento de pesquisas que se debruçam sobre os processos, dinâmicas, relações e instrumentos que se produzem, e reproduzem no âmbito da organização do trabalho, na sua interface com o desenvolvimento e implementação de políticas educacionais direta ou indiretamente a elas vinculadas. Novos modelos e perspectivas de gestão - sob a lógica da reforma gerencial do estado (Castro, 2007; Oliveira, Duarte, Clementino, 2017); da Nova Gestão Pública (Heloani, 2018; Carvalho e Silva, 2014); do empresariamento da educação (Freitas, 2019; Laval, 2019); tomam corpo tanto no contexto nacional, quanto na realidade educacional mineira. Todavia, esses novos modelos e perspectivas se desenvolvem não sem encontrar resistências com outras concepções que se assentam na gestão democrática da educação, socialmente referenciada, comprometida com a formação para a cidadania e o fortalecimento do estado democrático.

Por sua vez, é igualmente relevante voltar o olhar para os processos socioeducativos, políticos e pedagógicos que se realizam para com vistas ao incremento do uso de tecnologias informações no cotidiano da educação. Seja no âmbito dos processos pedagógicos relativos ao ensino-aprendizagem, ao currículo, ao trabalho docente em sala de aula; seja no âmbito dos processos de gestão educacional relativos à implementação de políticas de educação formuladas pelo governo central, a partir do Ministério da Educação; ou a partir dos governos locais e suas respectivas Secretarias de Educação; cada vez mais, ferramentas tecnológicas

vão se constituindo em bases importantes para a organização do trabalho em diferentes instâncias e instituições educativas.

As tecnologias informacionais estão cada vez mais presentes no desenvolvimento do campo educacional brasileiro, e essa presença se realiza, também, na implementação de políticas públicas de abrangência nacional conduzidas a partir da interação entre o governo federal e os governos subnacionais. É o caso dos programas governamentais Censo Escolar; Programa Nacional do Livro Didático e Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo. Esta realidade traz à luz novos elementos e processos que se disseminam nos campos relacionados à gestão do trabalho organizacional dos sistemas e instituições de ensino, disseminam-se nos sistemas e instituições educativas sob a égide do governo eletrônico (Agune e Carlos, 2005; Barbosa, 2008) com suas novas características, elementos e contornos na formulação e condução de políticas de educação em nosso país.

Investigar essa realidade se constitui requisito fundamental para que se possa melhor compreender, não apenas os caminhos específicos dos programas e políticas estudados, mas também como a utilização dessas tecnologias informacionais nos processos de gestão da educação e das instituições educativas vão produzindo novas práticas, novas subjetividades, novos desafios para a área da educação. Este estudo tem como objetivo geral investigar o uso das tecnologias informacionais nos processos de gestão da educação em Minas Gerais, a partir de políticas públicas de educação de abrangência nacional e seus desdobramentos e implicações na organização de unidades educativas mineiras, a partir de 2010. Para tanto, como objetivos específicos, se propõe a mapear as ferramentas tecnológicas informacionais desenvolvidas a partir do Ministério da Educação e pelo executivo mineiro com vistas à implementação de políticas públicas de educação de abrangência nacional; analisar como o uso dessas tecnologias informacionais se articulam ao desenvolvimento de novos modelos, padrões e perspectivas de gestão da educação no contexto do sistema educacional mineiro; e investigar implicações e desdobramentos nas instituições de ensino de Minas Gerais.

Sustentado metodologicamente pela abordagem qualitativa, toma-se como objeto de estudo programas governamentais de abrangência nacional os quais, em sua implementação, implicam a articulação com os governos subnacionais, como destacado anteriormente, os quais, em âmbito nacional, constituem-se em programas com significativa capilaridade junto aos governos subnacionais, são o Censo Escolar; o Programa Nacional do Livro Didático; o Programa Dinheiro Direto na Escola Interativo. Aqui reside um dos fatores para se debruçar sobre eles, uma vez que são programas que, em sua implementação, implicam e envolvem a articulação com entes federados, por meio das Secretarias de Educação, tendo como elemento de mediação o uso de plataformas digitais e outras tecnologias informacionais.

Além disso, são programas que requerem, também, uma efetiva articulação com os processos de gestão das unidades educativas, uma vez que eles alcançam, diretamente, o funcionamento administrativo, pedagógico e organizacional das escolas. Portanto, são programas que atravessam as políticas de educação definidas no âmbito do governo central; transpassam as

políticas locais delineadas pelas Secretarias de Educação dos entes federados, e alcançam o cotidiano das unidades escolares e sua dinâmica e processos de gestão e organização do trabalho administrativo, pedagógico e sócio educacional que realizam, com a mediação de tecnologias da informação e comunicação. Desse modo, é possível investigar as características e contornos que a implementação desses programas assumem nos sistemas e instituições de ensino em geral, inclusive na educação mineira.

De outra parte, por essas mesmas características, são programas que alcançam o cotidiano escolar, na sua dinâmica interna, nos processos de gestão e organização do trabalho ali realizado. Isso possibilita investigar as implicações e desdobramentos da incorporação das tecnologias informacionais na gestão e organização dos processos de trabalho em escolas de Minas Gerais, e seus profissionais.

Os programas governamentais tomados em análise nessa pesquisa foram definidos a partir dos elementos postos pelos próprios dados encontrados nas fontes documentais consultadas inicialmente. No entanto, esta definição poderá ser atualizada e complementada num processo que se aproxima do modelo do “funil” sugerido por Bogdan & Biklen (1994, p.50), “em que as coisas estão abertas de início (ou no topo) e vão-se tornando mais fechadas e específicas no extremo. O investigador qualitativo planeia utilizar parte do estudo para perceber quais são as questões mais importantes. Não presume que se sabe o suficiente para conhecer as questões importantes antes de efetuar a investigação”. Ainda sob a orientação do enfoque qualitativo de pesquisa (Bauer e Gaskell, 2002), procura-se apreender o objeto de investigação na sua particularidade sem perder de vista a totalidade sociocultural, política e econômica em que se insere. E sendo assim, a condução da pesquisa nesse campo metodológico possibilita construir uma visão mais global e articulada desse objeto.

Epistemologicamente esta pesquisa se sustenta na perspectiva de que os estudos no campo da gestão da educação devem tomar a realidade não apenas em sua manifestação aparente, imediata. Mais do que isto, faz-se necessário tomar esta realidade considerando suas várias dimensões de modo a apreender e evidenciar as relações de interdependência e mútua determinação entre as dimensões e os elementos que a constituem (Vieira Pinto, 2020). A condução dos estudos e pesquisas, nessa abordagem, possibilita construir uma visão mais global e articulada das políticas sociais em geral, assim como das políticas de educação em sua particularidade e sua relação com a totalidade sociocultural, política e econômica em que essas políticas são formuladas e implementadas. Com efeito, os estudos no campo da gestão da educação devem tomar a realidade investigada em suas várias dimensões, apreendendo a totalidade histórica em que se situa, e indo além de um paradigma estático e mecânico de pesquisa.

Ao se caminhar nessa direção se aproxima da abordagem histórico-dialética, em que a totalidade, a contradição e a mediação são categorias fundamentais constitutivas, não apenas dos processos de pesquisas, mas também das dimensões estruturantes do objeto investigado; no caso presente, as tecnologias informacionais na gestão da educação em Minas Gerais,

frente às políticas educacionais em curso.

Com efeito, a análise de políticas, programas e ações que articulam e/ou promovem o uso de tecnologias informacionais na gestão da educação, pela complexidade que apresentam, deve ser realizada considerando que estas políticas, programas e ações estão imersas em um contexto mais amplo, que envolve dimensões econômicas, sociais, culturais, históricas. Desse modo, fica evidenciado a necessidade da utilização de uma matriz epistemológica que vá além de um paradigma estático e mecânico de pesquisa; que supere dicotomia sujeito-objeto e que rompa com aquelas matrizes que procuram enquadrar a realidade num único aspecto e espectro.

Achados da pesquisa evidenciam que a incorporação das novas tecnologias informacionais tem se feito cada vez mais presentes nos programas governamentais de abrangência nacional, mas que, para sua efetiva implementação, dependem da atuação dos sistemas educativos subnacionais, de modo que venham alcançar também as instituições escolares. Esse processo de incorporação das novas tecnologias na execução desses programas, mais do que refletir tendências do desenvolvimento tecnológico contemporâneo, expressam algumas das formas e características que os novos modelos de gestão, orientados pela lógica da nova gestão pública e do governo eletrônico, assumem no campo educacional brasileiro.

**Palavras-Chave:** Política Educacional. Gestão da Educação. Tecnologia. Governo Eletrônico.

## REFERÊNCIAS

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2020

AGUNE, R. e CARLOS, J. Governo eletrônico e novos processos de trabalho. *In*: LEVY E.; DRAGO P. (Org.). **Gestão Pública no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: FUNDAP, 2005. 448 p.

BARBOSA, Alexandre Fernandes. **Governo Eletrônico: Dimensões da avaliação de desempenho na perspectiva do cidadão**. Tese (doutorado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, 2008. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/2cd984b2-5576-49f0-b898-f14c896a4075/content>. Acesso em 20/04/2024.

BAUER, M, W.; GASKELLI, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

- BOGDAN, R. & BIKLEN, S. K. (1994). **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto Editora, 1994.
- CASTRO, A. M. D. A. Gerencialismo e educação: estratégias de controle e regulação da gestão escolar. In: CABRAL NETO, A. et al. (org.). **Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais**. Brasília: Liber Livros, 2007. p. 115-144.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2019
- HELOANI, R. **Modelos de gestão e educação: gerencialismo e subjetividade**. São Paulo: Cortez, 2018.
- LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Alexandre William Barbosa; CLEMENTINO, Ana Maria. A Nova Gestão Pública no contexto escolar e os dilemas dos (as) diretores(as). **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, v. 33, n. 3, p. 707 - 726, dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/79303/46239>. Acesso 25/04/2024.
- CARVALHO, L. S. e SILVA, M. S. P. da; Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 50, n. 36, p. 3-8, set./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7085/5277>. Acesso em: 20/04/2024.